

Possibilidades e Limites das Ações de Responsabilidade Social em Cooperativas

Carlos Jaelso Albanese Chaves¹

Francisco Giovanni David Vieira²

Luciano Mendes³

Eliza Emília Rezende Bernardo-Rocha⁴

Resumo

O objetivo deste estudo foi compreender as ações que resultam do projeto de responsabilidade social desenvolvido por uma cooperativa, com o intuito de verificar se são ações de responsabilidade social ou obrigações cooperativistas. Para tanto foi realizado, inicialmente, um percurso teórico sobre cooperativismo e a responsabilidade social, servindo este como base para atingir o objetivo proposto. Foi utilizada como análise dos dados a técnica de análise do discurso, pelo fato de esta fazer parte do processo de construção social da realidade. Foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos com o projeto social da cooperativa, buscando compreender, na visão destes, que pressupostos guiam e produzem sentido no discurso sobre a responsabilidade social, estabelecendo uma relação entre a manifestação e os princípios que guiam as competências sobre o cooperativismo. Analisando os dados coletados na presente pesquisa, descobriu-se que, quando as cooperativas põem em prática um projeto de responsabilidade social, deixam de fortalecer o próprio cooperativismo e que

¹ Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorando em Administração pela Universidade Positivo (UP). Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems). jaelso.chaves@hotmail.com

² Mestre em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (Ufla). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutor em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor-adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM). fgdvieira@uem.br

³ Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2011). Professor-associado da Universidade de São Paulo (USP). mendes@usp.br

⁴ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Estadual de Maringá (*in memoriam*).

a responsabilidade social está intimamente ligada a um contexto empresarial, cujo intuito é dirimir os problemas sociais. Os resultados da pesquisa revelam que o projeto de responsabilidade social desenvolvido nesse estudo de caso fere os princípios cooperativistas.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Cooperativas. Princípios cooperativos. Ações sociais.

POSSIBILITIES AND LIMITS OF ACTIONS OF SOCIAL RESPONSIBILITY IN COOPERATIVE ORGANIZATIONS

Abstract

The objective of this study was to understand the actions that result from social responsibility project developed by a cooperative, with the intention of verify whether these are the social responsibility actions or cooperative obligations. Therefore, was performed initially in a theoretical framework on cooperative and social responsibility, serving as a basis to achieve the proposed objective was accomplished. The technique of discourse analysis was used to analyze the data, because it is the speech part of the process of social construction of reality. Interviews were conducted with those involved with the social cooperative project, trying to understand, in view of these, assumptions that guide and create meaning in discourse about social responsibility, establishing a relationship between the expression and the principles that guide the essence of the cooperative. Analyzing the data collected in this research, it was found that when cooperatives implement a social responsibility project, fail to strengthen the cooperative itself, this shows that social responsibility is closely linked to the business context, in order to resolve social problems. The survey results show that social responsibility project developed in this case study hurts the cooperative principles.

Keywords: Social responsibility. Cooperatives. Cooperative principles. Social actions.

Possibilidades e Limites das Ações de Responsabilidade Social em Cooperativas

Ao longo dos últimos 30 anos a sociedade passou por diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais (Cruz et al., 2011), de tal forma que essas grandes transformações são características de um mundo globalizado, no qual predominam novas tecnologias da produção, da informação e da comunicação. Estas alterações criam novos desafios para os administradores, aumentando a complexidade da gestão empresarial, uma vez que, segundo Karkotli e Aragão (2004, p. 13), “o crescente nível de informação e conscientização da sociedade está alterando a gestão das empresas e impelindo-as a assumirem novos compromissos que vão além da ordem econômica contratada no mercado”. Segundo estes autores, a crescente conscientização da sociedade vem modificando gradualmente o modelo empresarial tradicional.

Conforme Reis e Medeiros (2007), a realidade mundial se caracteriza por vigorosas e profundas transformações na sociedade; consequentemente as empresas ocupam, inequivocamente, o lugar de agentes especiais de promoção do desenvolvimento econômico e social. A existência de uma consciência empresarial responsável, contudo, é fundamental para que haja possibilidade de engajamento de todos no processo de desenvolvimento, objetivando a construção de uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa.

Na busca de uma consciência social empresarial, um fator entra no cenário e passa a fazer parte das estratégias empresariais: a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Para Machado Filho (2006) e Melo Neto e Brenand (2004), não existe um conceito plenamente aceito sobre responsabilidade social. De acordo com esses autores, o conceito de responsabilidade social abrange quatro dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica, o que dificulta a correta definição do conceito.

Tenório (2004, p.13) afirma que a responsabilidade social “é tema recente, polêmico e dinâmico, envolvendo desde a geração de lucros pelos empresários, em visão bastante simplificada, até a implantação de ações sociais no plano de negócios das companhias, em contexto abrangente e complexo”. Sendo um assunto relevante para a gestão dos negócios, a expressão responsabilidade social vem se difundindo por todo o mundo e tem sido adotado cada dia mais pelos novos modelos de gestão empresarial.

A partir de considerações conceituais, discutir-se-á a responsabilidade social em uma cooperativa, uma vez que estas organizações visam, por meio de ações locais ou globais, apresentar respostas para os problemas sociais. As cooperativas são organizações originárias do século 19, em uma época em que o processo de industrialização contribuía para a exclusão social. Em virtude da exclusão e de outros problemas, os trabalhadores reuniram-se para buscar alternativas, organizando-se com o objetivo de criar formas para melhor enfrentar os problemas sociais (Pusey, 2010).

As cooperativas são organizações que possuem características peculiares e que atuam competitivamente no mercado, e sendo a responsabilidade social um tema de grande interesse para a atual gestão empresarial, torna-se relevante um estudo com este viés em uma cooperativa. Dessa forma, este trabalho justifica-se por clarificar um assunto emergente de como a Responsabilidade Social (RS) pode contribuir em uma organização específica como uma cooperativa. Isso porque uma organização que possui como doutrina a ajuda mútua e o benefício social em sua gênese passa a atribuir muitas de suas ações como de Responsabilidade Social. O problema geral, porém, e que instigou a investigação, vai além de dizer o que é obrigação de uma cooperativa ou aquilo que é tachado como RS, tornando explícito que a expressão RS passou a ser comumente utilizada pelas empresas na identificação de ações que vão além de suas funções sociais. Qual o ganho de uma cooperativa em atribuir determinadas ações como de Responsabilidade Social? Será que essas ações já não são obrigações das cooperativas?

Nesse contexto e a partir de reflexões acerca das temáticas Responsabilidade Social, cooperativismo e cooperativas, a questão que norteia esta pesquisa visa a saber se as ações resultantes de projetos de RS, desenvolvidas por cooperativas, podem ser consideradas como ações de RS e se estas estão em consonância com os princípios cooperativos. Para responder a esta investigação tem-se como objetivo principal compreender as ações do projeto de Responsabilidade Social de uma cooperativa, observando-se as suas condições, trazem resultados enquanto RS ou como obrigações cooperativistas.

Responsabilidade Social e Cooperativas: compreensões teóricas

Com o propósito de se compreender a prática da Responsabilidade Social em cooperativas, alguns assuntos são considerados fundamentais a discutir, tais como Responsabilidade Social das empresas, cooperativas, princípios cooperativos, todos abordados neste estudo.

O Fenômeno da Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social vem se apresentando de forma bastante difundida no âmbito das organizações ao longo dos últimos 50 anos (Lund-Thomsen; Pillay, 2012). O interesse dos administradores pelo tema tem crescido substancialmente, uma vez que, a responsabilidade social também vem atraindo a atenção da sociedade como um todo (Doh; Howton; Howton, 2010; Calixto, 2013).

Segundo Pereira e Rezende Pinto (2004, p.154), “o marco no campo da responsabilidade social foi o lançamento nos Estados Unidos, em 1953, do livro *Responsability Of The Businessman*, de Howard R. Bowen”. Bowen (1957, p. 14-15) foi quem primeiramente relacionou a responsabilidade

social aos homens de negócios, referindo-se “às obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”.

Desde então a responsabilidade social vem sendo discutida e apresentada por muitos pesquisadores do assunto. Alves (2003) menciona que a divulgação e a popularização do conceito ocorreram no início dos anos 60 (século 20) nos Estados Unidos, a partir do final da década de 60 na Europa e no final dos anos 70 e início dos anos 80 no Brasil, ganhando amplitude e passando a ser associado à ética empresarial.

Não obstante, a responsabilidade social encontra-se difundida nas estratégias empresariais que visam a manter o foco na ética (princípios e valores adotados), na qualidade das relações com os acionistas, colaboradores, fornecedores, comunidade, meio ambiente e governos, trazendo benefícios à sociedade (McDonald, 2014). Neste sentido, Karkotli e Aragão (2004, p. 48) definem responsabilidade social das empresas como

o comportamento ético e responsável na busca de qualidade nas relações que a organização estabelece com todos os seus *stakeholders*, associado direta e indiretamente ao negócio da empresa, incorporado à orientação estratégica da empresa e, refletindo em desafios éticos para as dimensões econômica, ambiental e social.

Além de considerarem a responsabilidade social parte integrante da estratégia empresarial, Karkotli e Aragão (2004) apresentam uma visão ética, na condução dos negócios empresariais, relacionando a responsabilidade com os *stakeholders*, uma vez que estes representam todo o público com quem a organização interage.

Uma das vertentes da responsabilidade social das empresas refere-se às ações que visam a promover o bem-estar dos *stakeholders* internos e externos por meio de práticas socioambientais voltadas para as partes interessadas que investem capital no negócio, como afirma Calixto (2013).

Macêdo e Cândido (2011) consideram que, à medida que uma organização trabalha para estabelecer ações de responsabilidade social, ela está considerando os principais problemas das partes interessadas, suas opiniões e suas características, os quais estão atrelados a um conjunto de fatores culturais e administrativos de uma empresa.

Os estudos sobre a teoria dos *stakeholders* possuem seu foco nos grupos de pessoas ou entidades que são direta ou indiretamente afetados pelas decisões tomadas no âmbito empresarial, como ressalta Calixto (2013), e assim, pode-se afirmar que a RSE diz respeito à tomada de decisão orientada eticamente, condicionada pela preocupação com o bem-estar da coletividade, seu público interno e externo, comprometida em proteger e melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Além disso, Guimarães (1984) e Melo Neto e Froes (2001) alertam que as ações de responsabilidade social deveriam respeitar o interesse da população, preservar o meio ambiente e satisfazer exigências legais.

A responsabilidade social é um estágio mais avançado no exercício da cidadania corporativa [...] tem a ver com a ciência social e o dever cívico. A ação de responsabilidade social não é individual. Reflete a ação da empresa em prol da cidadania (Melo Neto; Froes, 2001, p. 26).

Estes autores complementam suas ideias afirmando que a responsabilidade social de uma empresa consiste na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está instalada e minimizar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce.

Calixto (2013), no entanto, argumenta que a necessidade de as organizações investirem em projetos de responsabilidade social tornou-se uma prioridade para o mundo dos negócios, tendo em vista o anseio por contribuições efetivas para o desenvolvimento econômico e social, local ou regional em que a organização encontra-se inserida, isto é, onde exerce suas atividades. Tal compreensão é corroborada tanto por Ozuem, Howell e

Lancaster (2014) quanto por Duarte (2010). O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade é expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (Cardoso, 2002, p. 6-7).

Para o autor, a organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A ideia expressa no conceito anterior é corroborada por Macêdo e Cândido (2011), quando esses autores salientam que as empresas necessitam estar preparadas para as novas formas de gestão, bem como aos novos requisitos de relevância e devem ainda considerar, no processo decisório, sua atuação social, a partir das necessidades e problemas dos atores sociais envolvidos com elas.

Karkotli e Aragão (2004, p. 46) comentam que “uma atuação organizacional com responsabilidade social pressupõe a necessidade e a urgência da participação no desenvolvimento com sustentabilidade, ou seja, se obrigar pelo desenvolvimento das dimensões econômica, social e do meio ambiente”. Assim, observa-se que alguns pesquisadores compreendem a responsabilidade social diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável.

Durante os debates realizados em 1987, na Holanda, quando o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – WBCSD – se reuniu para analisar a atuação das empresas no campo empresarial, emergiu o conceito de Responsabilidade Social. Este se tornou parte de um conceito mais amplo: o desenvolvimento sustentável. Apresentam-se, como parte integrante do desenvolvimento sustentável, três dimensões (ou

três pilares): a dimensão social, a dimensão econômica e a ambiental (Melo Neto; Froes, 1999). A “noção de três pilares de sustentabilidade, também conhecidos como *triple Bottom line* [...] tem sido amplamente difundida no ambiente acadêmico e empresarial para justificar as práticas, os projetos e os investimentos ambientais, sociais e econômicos” (Claro; Claro, 2014, p. 293).

Assim, a partir do WBCSD a gestão ambiental e a Responsabilidade Social tornaram-se para a gestão organizacional tão importantes quanto a dimensão econômica. Enquanto para a sociedade em geral esses temas (meio ambiente e responsabilidade social) possuíam importância central, como mostra o Relatório Brundland, é a WBCSD que centraliza essa importância na gestão das empresas (Melo Neto; Froes, 1999). Esses pesquisadores esclarecem que entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, a dimensão social é a mais delicada de todas, porque compreende vários aspectos, dentre eles os direitos humanos, os direitos dos empregados, os direitos dos consumidores, o envolvimento comunitário, a relação com fornecedores, o monitoramento e a avaliação de desempenho e os direitos dos grupos de interesse.

Quando relacionado à área de administração, Cruz et al. (2011) consideram que o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um conceito amplo e que engloba diversos atores, o que o faz sistêmico, assim como a responsabilidade social empresarial, que impacta em diversas ações dentro das organizações.

Referindo aos novos compromissos das organizações para com a sociedade depara-se com o conceito de cidadania empresarial, que para Lima (2002) compreende, entre outros fatores, coisas, a atitude proativa que as entidades privadas devem adotar diante dos diversos problemas apresentados na comunidade na qual se inserem, agindo de modo transformador e considerando-se como entes dotados de responsabilidade cívica.

Considerações Sobre o Cooperativismo

A cooperativa é uma organização criada para atuar no mercado em nome de seus associados chamados de cooperados. Piccinini et al. (2003, p. 1) definem cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas que se

unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”. Desse modo, os cooperados possuem responsabilidades perante a sociedade e a comunidade e, principalmente, para com os próprios cooperados.

A história oficial do cooperativismo tem como referência a sociedade inglesa, que vivia o impacto das transformações resultantes da Revolução Industrial. O progresso instaurado no século 19 não ocultou os graves problemas sociais que foram enfrentados pela classe trabalhadora, tais como longas horas de jornada de trabalho, condições insalubres, arregimentação de crianças e mulheres como mão de obra mais barata e trabalho mal remunerado (Organização..., 2014; Schneider, 1999).

Nessa circunstância, nasceu o embrião do cooperativismo moderno, representando, sobretudo, a organização dos trabalhadores para fazer frente às consequências sociais e econômicas do capitalismo, surgindo então a primeira cooperativa na Inglaterra, em Rochdale, em 1844 (Schneider, 1999).

Da Revolução Industrial até os dias atuais o processo de globalização contribuiu para aumentar os contrastes sociais provocados pelo capitalismo, proporcionando uma nova forma de se conquistar o mercado, gerando uma maior concorrência entre as organizações empresariais. O movimento cooperativo evoluiu muitas vezes impulsionado pelas transformações, pelos contratos e incertezas que a globalização acarreta, uma vez que a cooperativa também é um agente de transformação social, influenciando e sofrendo influências dos atores da sociedade (Irion, 1997).

A globalização, todavia, é o resultado da competitividade mundial dos mercados e que torna o mundo ainda mais competitivo, o que ocasionou uma evolução na gestão das cooperativas. Segundo Pinazza e Alimandro (2001, p. 11), “nada impede que as cooperativas operem práticas administrativas das empresas capitalistas. O fundamental é o equilíbrio e a manutenção dos princípios essenciais”.

Esses autores consideram ainda que as cooperativas que atendem apenas o lado social comprometem a sobrevivência econômica e vice-versa, porém estas devem atuar no mercado sem perder sua identidade enquanto organização social e econômica, cujos princípios devem abarcar as mudanças oriundas do processo competitivo e proporcionar às cooperativas flexibilidade e agilidade no processo decisório.

No entender de Santos (2000), manter uma postura mais competitiva no Brasil requer das cooperativas, além da revisão dos seus processos e estratégias, a adoção de estruturas organizacionais adequadas aos seus objetivos e às condições do seu ambiente, o que significa escolher uma estrutura capaz de manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, tornar-se uma organização capaz de competir com empresas de outra natureza com orientação para o mercado. Refletindo sobre as palavras do autor, percebe-se que as cooperativas necessitam de uma gestão flexível que lhes permita adequar-se às regras do mercado enquanto empresa econômica e, ainda, conservar seus valores e princípios, mantendo sua originalidade enquanto empresa social, pois, dessa forma, irão adotar estruturas organizacionais adequadas aos seus objetivos como cooperativa.

Para não perder suas características próprias, o cooperativismo apoia-se nos valores básicos que segundo Schneider (1999), na visão das Ciências Sociais, são concepções do que é desejável e influem no comportamento coletivo. Os valores, enquanto padrões ou critérios para estabelecer o que deve ser considerado desejável assentam as bases para a aceitação ou a rejeição de normas particulares.

Pinho (2004) divide em dois grupos, um abrangendo valores de identidade, conhecidos pela equidade, solidariedade, justiça social, liberdade e democracia, e os valores de referência, conhecidos como princípios cooperativos, nascidos da experiência de Rochdale.

A solidariedade constitui a base da cooperação; a liberdade preconizada no cooperativismo diz respeito ao direito de ingresso ou saída da cooperativa; a liberdade, por sua vez, possibilita aos membros participarem na escolha dos dirigentes e definirem os objetivos e as políticas da cooperativa (Schneider, 1999). A democracia pressupõe a manifestação da vontade coletiva; enquanto que a justiça social no cooperativismo se faz promovendo as pessoas, não só pela promoção econômica dos associados, mas também pela promoção da educação, cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de realização pessoal (Irion, 1997).

A equidade possui três vertentes, a associativa, a econômica e a social. A associativa estabelece deveres e direitos gerais e iguais para todos os sócios; a econômica preconiza a participação do associado nos negócios cooperativos e na sustentação da entidade; a social obriga, dentro das limitações da cooperativa, assistir os associados de forma justa, sem qualquer tipo de discriminação (Irion, 1997).

Os atuais princípios que regem o cooperativismo são sete: o princípio da adesão voluntária e livre; o princípio da gestão democrática pelos membros; o princípio da participação econômica dos membros; o princípio da autonomia e independência; o princípio da educação, treinamento e formação; o princípio da cooperação entre cooperativas e o princípio da preocupação com a comunidade. Entre tais princípios destacam-se os três considerados mais importantes para esta pesquisa, que são o princípio da educação, treinamento e formação; o princípio da cooperação entre cooperativas e o princípio da preocupação com a comunidade (Veiga; Fonseca, 2001; Pinho, 2004).

Conforme os autores, no princípio da educação, treinamento e formação compreende-se que as cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

O princípio da cooperação entre cooperativas se faz importante, uma vez que as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas por meio de estruturas locais, regionais e internacionais. A integração entre as cooperativas tende à condução de uma cooperação interinstitucional, proporcionando-lhes uma unidade maior, favorecendo a constante expansão do movimento cooperativo.

E o princípio da preocupação com a comunidade apresenta-se como uma evolução do cooperativismo pelo fato de as cooperativas trabalharem em prol do desenvolvimento sustentado de suas comunidades, mediante políticas aprovadas por seus membros. Neste princípio, a cooperativa que se funde com tal alicerce deve privilegiar os membros das comunidades, dando-lhes a devida atenção e auxílio, por intermédio de políticas desenvolvidas pela cooperativa conforme ressaltado por Borges (2001, p. 135). Observa-se que quando a cooperativa chega nesse estágio ela busca, mediante projetos sociais, atender às necessidades da comunidade.

Responsabilidade Social x Cooperativismo

Os princípios cooperativos mostram que as cooperativas, além de suas particularidades como ajuda, possuem um compromisso com a comunidade, melhoram a qualidade de vida e atuam como agentes de mudança humana, econômica e social. A condição humana e social no cooperativismo é colocada em primeiro plano. Assim, a cooperativa passa a ser um forte ator social, provedor do bem-estar. Ao incorporar os princípios compreende-se que as cooperativas constituem-se em organizações apoiadas na solidariedade, no compromisso social e no desenvolvimento da comunidade.

Assim sendo, entende-se que os seus princípios convergem no sentido de que tenham uma função social a cumprir com a sociedade, contemplando ações de gestão voltadas para atitudes de responsabilidade social, possuindo

assim atribuições que as remetem a um comportamento socialmente responsável, tanto em relação aos seus cooperados e funcionários quanto para com a comunidade em que se encontra.

Segundo Irion (1997) a cooperativa, ao assumir uma preocupação com a sociedade, na fase de integração com a comunidade, encontra-se no apogeu da sua função social, atuando diretamente no bem-estar social geral. Sabe-se que, nesta fase evolutiva da cooperativa, ela se envolve com a comunidade, comprometendo-se com o desenvolvimento de projetos que a beneficiem tanto no âmbito local quanto no regional.

Referindo-se à evolução do cooperativismo, Barroso (2003, p. 482) considera que a responsabilidade social empresarial,

[...] pode ser uma resposta moderna aos tumultos econômicos e sociais criados pela globalização. Ela não vem para substituir o movimento cooperativista, mas vem, na verdade, tanto para apresentar novas abordagens às cooperativas para melhorar a sua responsabilidade para com seus membros, quanto ser uma opção às empresas de capital, para também lutarem contra os problemas criados pela globalização.

Entre tais circunstâncias, conforme Barroso (2003), a responsabilidade social empresarial para com a comunidade não é algo novo para as cooperativas, pois estas foram criadas, acima de tudo, para resolver algumas reclamações e problemas comuns de um grupo de pessoas e quase sempre tiveram sua constituição baseada na comunidade que as criou. Esta ideia corrobora com Melo Neto e Froes (2001) quando estes autores afirmam que a responsabilidade social é uma forma de as organizações prestarem conta à sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Uma das formas de melhorar a qualidade de vida e reafirmar o compromisso social da organização com a comunidade local encontra-se nos investimentos em projetos educacionais, como salienta Lima (2002).

Para Veiga e Fonseca (2001), as cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento ao cumprir com seus princípios, contudo Irion (1997) destaca que o conceito de educação cooperativista nunca se limitou à exclusiva divulgação da doutrina cooperativista.

Sendo assim, para elevar a cultura e a educação doutrinária do cooperativismo é preciso completá-las elevando o nível de conhecimento dos sócios, funcionários e inclusive familiares, portanto as empresas socialmente responsáveis com a educação possuem compromissos que podem ser considerados semelhantes aos princípios cooperativos, aparentemente diferenciados pela educação cooperativista de puro caráter doutrinário, como afirma Irion (1997).

Metodologia

A pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa e descritiva. Por pesquisa qualitativa Silverman (2010) entende que é um tipo de pesquisa que vai além da contagem de opiniões ou coisas. O intuito nesta modalidade, salienta o autor, é aprofundar-se nos significados, nas interpretações e nos modos de ver o mundo a partir dos sujeitos que estão sendo pesquisados. Com isso, a pesquisa qualitativa vai além dos atributos quantitativos de um fato ou evento. Neuman (2007) salienta que as pesquisas qualitativas servem aos vários propósitos, vinculados principalmente aos aspectos simbólicos e sociais.

Por esse motivo, esta pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois a intenção não é interferir naquilo que é dito pelos entrevistados, mas somente compreender e interpretar, diante das teorias apresentadas. Berg (2007) explica que a descrição é um dos fatores importantes no contexto da pesquisa qualitativa, pois possibilita dar sentido, sem interferir nos elementos centrais que compreendem os símbolos dos objetos ou sujeitos pesquisados.

Quando se fala em estudo de caso, o intuito é dizer que a pesquisa foi desenvolvida com um único indivíduo em uma situação específica ou um conjunto de pessoas realizando ações diversas num determinado contexto, ou ainda, um programa ou projeto onde várias pessoas estão envolvidas.

Berg (2007) ainda comenta que o estudo de caso está mais associado à constituição de teorias do que ao teste de teorias existentes e, mesmo que o foco esteja no teste de teorias, há também a constituição de novas ou diferentes concepções teóricas.

Como técnica de pesquisa qualitativa empregada na coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões formuladas previamente e outras organizadas de acordo com o surgimento dos fatos durante o processo de investigação.

Referindo-se à entrevista Denzin e Lincoln (2000) afirmam que toda pesquisa com entrevistados é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca, não apenas um processo de informação de mão única, passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Conforme estes autores, tanto o entrevistador quanto o entrevistado estão, de maneira diferente, envolvidos na produção de conhecimento.

As entrevistas propriamente ditas foram realizadas com funcionários de uma cooperativa situada na Região Noroeste do Estado do Paraná, que possui mais de 5 mil cooperados. Os motivos que levaram o pesquisador à escolha desta organização para a realização do estudo empírico encontram-se definidos em dois fatores relevantes, ou seja: o primeiro porque esta entidade desenvolve um projeto de responsabilidade social e o segundo porque se trata de uma organização cooperativa.

Devido ao fato de essa cooperativa possuir um setor específico que lida com os projetos de Responsabilidade Social, os entrevistados estão diretamente ligados a esse setor. Ainda como forma de avaliar os projetos desenvolvidos a partir dos resultados efetivos para a comunidade, foram en-

trevistados também membros da comunidade e representantes de entidades beneficiadas. Dito isso, para atingir o objetivo deste estudo foi entrevistado o gestor do projeto de responsabilidade social da cooperativa, bem como os funcionários, voluntários e assistente social que trabalham diretamente na sua gestão, assim como os beneficiários, estes membros da comunidade local e representantes das entidades assistenciais beneficiadas. Para que isso fosse possível, foi necessário conhecer os projetos da cooperativa em estudo, com o intuito de compreender melhor as ações sociais realizadas.

Vale salientar que, apesar de terem sido entrevistados funcionários e membros da comunidade diretamente vinculados aos projetos de responsabilidade social da cooperativa em estudo, esse se constitui como estudo de caso, que visa a compreender uma realidade muito específica. O intuito não é de generalizações, como expõe Yin (2001), mas de casos específicos capazes de revelar novas teorias ou novas reflexões, como expressa Berg (2007).

Para Stablein (2001), as pesquisas de cunho mais qualitativo visam a descobrir e comunicar uma realidade organizacional da maneira como ela é vivenciada pelos vários atores envolvidos. Sendo assim, no âmbito deste trabalho o processo de análise dos dados foi realizado pela técnica de análise de discurso. O discurso foi compreendido como construções ideológicas e sociais contidas no texto e enquanto materialização da fala, o que possibilita visualizar no *corpus* de entrevistas, a produção de sentidos, das práticas de responsabilidade social realizadas em uma cooperativa pela visão dos atores que nela estão envolvidos.

O objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto, tendo por finalidade explicar como um texto produz sentido (Orlandi, 2004), portanto a finalidade não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos.

Salienta-se, porém que, o trabalho do analista não se limita à descrição, mesmo porque a descrição deve ser interpretada. Nesse sentido o respaldo que o analista tem durante esse processo é, consubstancialmente, extraído

das discussões teóricas aqui elucidadas sobre a rubrica da responsabilidade social e dos princípios cooperativistas, procurando evidenciar os sentidos expressos na visão dos diversos atores envolvidos no projeto de RS.

Discussão e Resultados

Responsabilidade Social em Cooperativas: possibilidades ou limites?

A intenção desta pesquisa foi responder à questão colocada pela atuação da cooperativa no que se refere às ações de Responsabilidade Social, contudo nesse ponto é necessário elucidar o que sustenta tanto a discussão da Responsabilidade Social quanto das obrigações da cooperativa.

As discussões sobre Responsabilidade Social estão longe de findar, principalmente quando se observa a construção de seu conceito, uma vez que este abrange desde a qualidade nas relações da empresa com os seus *stakeholders*, passando pela cidadania corporativa até os atos e atitudes que afetam positivamente a comunidade em seu entorno.

Apesar da abrangência contida nos diversos e variados conceitos estabelecidos por estudiosos sobre o que é a Responsabilidade Social, apresentando visões econômicas e sociais diferenciadas, seu foco sempre será o social.

O surgimento da Responsabilidade Social, contudo, visa a minimizar os impactos negativos decorrentes das atitudes empresariais, assim como contribuir para tornar mínimos os problemas sociais que se agravaram com o nascimento do sistema capitalista.

Para tanto, o ponto de discussão da aplicação da Responsabilidade Social é sua difusão no âmbito empresarial, uma vez que a adoção da RS visa a extinguir questionamentos éticos sobre a postura da organização perante seus *stakeholders* e a comunidade.

Iniciando a discussão pela fala do gestor do projeto, a cooperativa é compreendida como uma organização que se aproxima do conceito de uma empresa mercantil e os investimentos em Responsabilidade Social estão condizentes com sua postura perante o mercado. Diversos fragmentos da fala do gestor elucidam essas considerações ao evidenciar a Responsabilidade Social num contexto empresarial, ao mesmo tempo em que desvincula totalmente a necessidade de uma ação social por parte da cooperativa, pois ela deve possuir, nos moldes do mercado atual, atuação compatível com a de uma empresa, como pode ser percebido nos seguintes trechos dos relatos de entrevista.

A cooperativa foi criada objetivando naturalmente trabalhar em prol dos seus associados, ou seja, buscar resultados para os associados que são seus acionistas, [...] Então o econômico é o objetivo da cooperativa existir (Relato de entrevista – Gestor).

Diante disso, a direção da empresa entendeu que era de fundamental importância criar uma área que assumisse a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos sociais que a cooperativa entende que são importantes para a comunidade na qual ela está inserida (Relato de entrevista – Gestor).

O motivo mais importante de termos desenvolvido e implantado esse projeto de responsabilidade social é justamente atender na medida do possível e dentro das condições que a empresa possui, é tentar minimizar as necessidades que a comunidade carente tem. [...] E nós, como empresa, como organização, nos sentimos na obrigação de dia após dia, nos conscientizarmos de que nós temos responsabilidades sim... (Relato de entrevista – Gestor).

A gente tem inclusive, o nome da empresa elevado na nossa região, de que nós somos uma empresa, que estamos preocupados, que nós procuramos melhorar as condições da comunidade (Relato de entrevista – Gestor).

Esses são alguns pontos da fala do entrevistado referentes ao projeto, elucidando os motivos que levaram a Cooperativa a instituir o projeto de responsabilidade social e analisando os relatos apresentados, percebe-se que, o que está em evidência é a questão econômica. Inclusive, sua concepção do

entrevistado, o objetivo da cooperativa é o econômico, apesar de, nos últimos anos, ela ter se conscientizado do seu papel na sociedade, passando a investir no projeto de RS, uma vez que ela nasce de um contexto de exclusão social ocasionado pelo desenvolvimento do sistema capitalista.

Apesar de sua intenção ser a inclusão social, os próprios pressupostos do cooperativismo procuram atender às necessidades de um grupo de pessoas que, individualmente, não conseguiriam obter tal poder de ingresso no mercado.

Dessa forma, mesmo tendo como pilar de sobrevivência o econômico, fica claro que o objetivo maior da cooperativa é o social, ou seja, os fins são o de atender à comunidade do entorno e à sociedade em geral por meio do que recebe pela sua produção.

Ressalta-se que as sociedades cooperativas e as sociedades mercantis possuem características próprias que se tornam diferentes apesar do contexto de mercado atual. Veiga e Fonseca (2001) apresentam entre as várias diferenças existentes algumas que se tornam mais relevantes para essa pesquisa, dentre elas os autores mencionaram que em uma sociedade cooperativa a gestão funciona democraticamente e em uma sociedade mercantil hierarquicamente.

Em uma cooperativa o objetivo principal é a prestação de serviços a seus associados, enquanto que em uma sociedade mercantil o objetivo principal é o lucro. Percebe-se que a diferença mais significativa encontra-se no compromisso, pois, segundo Veiga e Fonseca (2001), o compromisso de uma sociedade cooperativa é educativo, social e econômico, já o compromisso de uma organização mercantil é puramente econômico.

A visão do gestor do projeto de Responsabilidade Social da cooperativa acerca do compromisso da sociedade cooperativa não é condizente com as palavras de Veiga e Fonseca (2001). O gestor apresenta uma visão capitalista, de gestor de empresa mercantil, o que pode ser observado no seu relato:

O motivo mais importante de termos desenvolvido e implantado esse projeto de responsabilidade social é justamente atender na medida do possível e dentro das condições que a empresa possui, é tentar minimizar as necessidades que a comunidade carente tem. Então, se a gente pensar esse é o papel da cooperativa, eu digo que não é esse o papel da cooperativa, o papel principal da cooperativa, é o seu lado econômico, mas sem deixar de considerar o lado social que é importante. E nós, como empresa, como organização, nos sentimos na obrigação de dia após dia, nos conscientizarmos de que nós temos responsabilidades sim [...]
(Relato de entrevista – Gestor).

A forma de o gestor perceber este ponto pode ajudar a elucidar como é a atuação de uma cooperativa no tocante às ações de Responsabilidade Social. Todo referencial sobre Responsabilidade Social pesquisado fundamenta o incremento da RS para com sociedades não cooperativas. O desenvolvimento de um projeto de Responsabilidade Social em uma cooperativa pode estar intimamente relacionado com a visão da sua gestão, por compreender que esta tem compromissos idênticos ou próximos a uma organização mercantil.

Analisando o contexto capitalista, pode-se observar que alguns relatos não se apresentam condizentes com a atuação de uma cooperativa, mesmo que esta esteja voltada ao mercado, por apresentar um fator econômico muito forte, principalmente para uma organização que busca atuar com Responsabilidade Social.

O objetivo econômico das empresas possibilita o aparecimento de atitudes oportunistas no mercado, pois as organizações adotam muitas vezes atitudes negativas ao buscarem somente o lucro como forma única de atuação no mercado.

Nessa discussão a questão social fica à margem desse processo e a Responsabilidade Social emerge não mais como uma postura de geração de lucros para os acionistas, mas como uma postura ética que visa a evitar atitudes oportunistas e contribuir para diminuir os impactos negativos oriundos do sistema capitalista.

Esse contexto objetiva mostrar que apesar dos vários conceitos e questionamentos em torno do que é a Responsabilidade Social, o que sempre esteve presente e é necessário elucidar nesse momento, é que sua exposição sempre esteve atrelada ao contexto empresarial.

Com base nesta perspectiva, o tema dessa pesquisa, ao se verificar as atitudes referentes à Responsabilidade Social no contexto cooperativista, percebeu-se como principais objetivos o de superar dificuldades de um grupo de pessoas advindas do desenvolvimento do sistema capitalista e a inclusão deste grupo no mercado. Sendo assim e não podendo ser de outra forma, a cooperativa visa a suprir um problema social por meio de uma atitude econômica, devido ao fato de ser este último o foco principal das economias capitalistas.

Nessa perspectiva, o problema maior que sustenta a discussão do cooperativismo nos dias atuais é como as cooperativas vão sobreviver nesse mercado competitivo tendo como foco uma atuação social que Santos (2000) evidencia que elas devem adotar posturas e estratégias compatíveis com as empresas que atuam no mesmo ramo em que estão inseridas, pois a sua sobrevivência é o principal fator para atingir seu objetivo social.

As cooperativas necessitam adotar uma postura flexível que permita concorrer no mercado ao mesmo tempo serem capazes de manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem, o que pode significar que devem manter e conservar seus princípios e valores (Santos, 2000).

Nesse ponto, Pinazza e Alimandro (2001) argumentam que nada impede que as cooperativas operem práticas administrativas das empresas capitalistas, mas o fundamental é o equilíbrio e a manutenção dos princípios essenciais. Subtende-se que os princípios e valores cooperativistas encontram-se acima de qualquer estratégia adotada ao competir nesse mercado globalizado.

A responsabilidade social pode ser uma resposta moderna aos atuais problemas sociais, não substituindo o movimento cooperativista, mas apresentando uma nova abordagem segundo Barroso (2003), porém não se pode esquecer as palavras de Schneider (1999) quando este se refere aos valores como sendo padrões ou critérios para se estabelecer o que deve ser considerado desejável para o cooperativismo, que é seu próprio fortalecimento.

Voltando às considerações de Santos (2000) e de Pinazza e Alimandro (2001), estas têm grandes implicações para a discussão da Responsabilidade Social no contexto cooperativista, pois os princípios que assentam o seu nascimento possuem uma íntima ligação com as discussões em torno da RS.

Dessa forma, buscou-se na fala dos respondentes uma relação entre a Responsabilidade Social e os princípios cooperativistas, de forma que se pudesse captar por parte dos entrevistados suas percepções e implicações no projeto instituído e que resultasse na compreensão do objetivo dessa pesquisa.

Então, eu acho isso, acho que o cooperativismo por si só propicia para a comunidade como um todo alternativas viáveis para o crescimento econômico, social e cuidado com o meio ambiente (Relato de entrevista – Gestor).

Na realidade ser cooperativa já é responsabilidade, um grupo que se reúne para desenvolver suas atividades em conjunto. [...] Então a responsabilidade social veio bem a calhar porque a gente faz as ações pensando no desenvolvimento do ser humano, na melhoria da qualidade de vida (Relato de entrevista – Auxiliar do gestor).

A gente tem informações sobre os princípios cooperativos. Um tem algo a ver um com o outro, as ações paralelamente têm o mesmo fundamento, têm o mesmo sentido (Relato de entrevista – Funcionário Voluntário).

Eu não acho que é pra cumprir a sua função social, eu acho que mais é pra que ela permaneça como cooperativa. E com intuito de ser uma cooperativa, ela busca um fortalecimento tanto do conhecimento dos cooperados como o dos funcionários, para que ela possa ter um fortalecimento de cultura (Relato de entrevista – Beneficiário do Programa).

É bastante junto tudo isso, não dá pra você separar, porque tantas ações de responsabilidade social também se preocupam com isso (Relato de entrevista – Beneficiário do Programa).

É compreensível que os entrevistados percebem as ações de Responsabilidade Social em uma cooperativa como sendo próximas ou semelhantes aos princípios cooperativos. Esta percepção pode ser compreendida ao se analisar os princípios cooperativos e a Responsabilidade Social sob o ponto de vista desses entrevistados, visto que, dentre os programas contemplados encontram-se o centro de estudos e o de reeducação alimentar.

Observa-se, anteriormente, que entre os princípios cooperativos encontra-se o princípio que determina que as cooperativas devem proporcionar educação e treinamento para os seus associados, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento.

Assim, os princípios cooperativos direcionam as ações das cooperativas de tal forma que estas, além de suas particularidades de ajuda, possuem um compromisso com a comunidade, melhoram a qualidade de vida e atuam como agentes de mudança humana, econômica e social, como pode ser percebido nas seguintes falas.

A função social da cooperativa está estabelecida nos sete princípios, todos relacionados com a promoção integral do ser humano, o cooperativismo deixa bem claro a sua vertente social. As ações de responsabilidade social não são esporádicas e não têm como objetivo fazer marketing (Relato de entrevista – Assistente social).

A cooperativa já possui uma função social diferente das outras empresas, [...]. O cooperativismo visa também à sociedade, isso é um diferencial para o cooperativismo e, além disso, ele trabalha muito o lado social das pessoas. [...] Então, o cooperativismo e a responsabilidade social estão totalmente interligados um com o outro (Relato de entrevista – Funcionário Voluntário).

A cooperativa está cumprindo o princípio de apoio à comunidade e fazendo além do que ela deveria fazer, porque a cooperativa não está preocupada somente com o social, se preocupa com o ambiental também, o social e o ambiental estão muito juntos (Relato de entrevista – Funcionário beneficiário do Programa).

Todos esses entrevistados reconhecem a função social da cooperativa e no último relato percebe-se a importância da questão ambiental, considerando-a um diferencial. O entrevistado funcionário relatou que a cooperativa está indo além do cumprimento dos seus princípios, pois ela se preocupa com o ambiental, justificando desta forma a sua Responsabilidade Social.

A questão ambiental não se encontra no foco dessa pesquisa, mas é importante ressaltar que autores como Melo Neto e Froes (1999) apresentam-na como parte integrante do desenvolvimento sustentável, inclusa nas três dimensões anteriormente citadas e que afetam o social, sendo assim, por conseguinte, uma dimensão interfere na outra.

Mesmo, entretanto, que os cooperados e gestores das cooperativas compreendam que as cooperativas necessitam de flexibilidade para concorrer no mercado, utilizando estratégias de organizações mercantis, eles não podem deixar de observar os valores e princípios cooperativistas, ao invés de adotarem técnicas de gestão capitalista que não contribuem para o fortalecimento do movimento cooperativo.

A Responsabilidade Social cabe em um contexto organizacional, uma vez que proporciona uma visão empresarial e não cooperativista, resultando em um modo de ver que não satisfaz às necessidades deste tipo de empresa social, principalmente com relação à disseminação dos princípios e valores do cooperativismo, como pode ser observado nos relatos dos funcionários participantes desta pesquisa.

O domínio sobre o projeto de Responsabilidade Social que os funcionários possuem transcende em muito seus conhecimentos sobre o movimento cooperativista, o que dificulta constatar se tais práticas podem

ou devem estar condizentes com seus valores e princípios. Existe, portanto, uma discrepância entre a compreensão do que é Responsabilidade Social de uma organização e do que deve ser entendido por obrigações cooperativistas, no sentido de se atender aos princípios do cooperativismo, uma vez que as cooperativas sempre assumiram um compromisso social.

Desta forma, essa discrepância do entendimento acaba por ferir os princípios, primeiro por não se difundir a filosofia do cooperativismo com o princípio da educação, treinamento e formação e segundo porque o princípio da cooperação propõe que, além da ajuda mútua, deve-se fortalecer o movimento cooperativo.

Assim sendo, uma forma de fortalecer o cooperativismo encontra-se em se difundir os valores e princípios, apresentando à comunidade, cooperativa ou não, o que esse movimento pode representar como organização social, de forma a trazer maior competitividade no mercado e melhor qualidade de vida.

Investir em educação ou criar projetos sociais que proporcionem melhoria na qualidade de vida dos indivíduos é uma obrigação de qualquer cooperativa a partir do momento em que ela se fortalece e que tenha condições de cumpri-los, pois, segundo Barroso (2003), a Responsabilidade Social pode ser uma resposta moderna aos atuais problemas sociais, não substituindo o movimento cooperativista, mas apresentando uma nova abordagem.

Compreende-se, entretanto, que esta nova abordagem cabe às organizações empresariais, uma vez que possuem um papel social relevante, mas não obrigatório, quando se trata da Responsabilidade Social. Já para as cooperativas esse papel é considerado obrigatório por serem entidades de cunho social conforme estabelecido pela Aliança Cooperativista Internacional – ACI –, tendo estas de cumprir com seus princípios e respeitar seus valores.

Os princípios cooperativistas são flexíveis justamente para que a cooperativa possa se adaptar ao meio social e ter a capacidade de servir às comunidades locais, não implicando a substituição das obrigações estabelecidas por estratégias empresariais que passam a ocultar as ações sociais que o cooperativismo possui e desenvolve há mais de um século e meio.

A adaptação dos princípios durante todos esses anos resultou na criação do princípio da preocupação com a comunidade e não na introdução da Responsabilidade Social para as cooperativas, pois estas realizam esse processo desde quando foram constituídas.

Sendo assim, se o objetivo de inclusão da expressão Responsabilidade Social no contexto cooperativista for por uma questão de concorrência, as cooperativas que adotam esta prática podem estar em oposição aos princípios do cooperativismo. Porquanto, ao invés de se adequarem aos “imperativos” do contexto atual das organizações, estas devem mostrar que, antes mesmo de surgirem tais práticas de RS, elas já demonstravam sua preocupação e colocavam em prática ações que estão em sintonia com esses pressupostos, o que poderia aumentar ainda mais a confiança e credibilidade das partes interessadas.

Considerações Finais

No âmbito deste trabalho procurou-se, por meio da análise do discurso, compreender as práticas de Responsabilidade Social realizadas em uma cooperativa na visão dos atores que estão envolvidos com ela, como forma de entender os significados e a produção de sentidos.

Mais do que um estudo descritivo, este é também um trabalho reflexivo, pois se buscou verificar, na visão dos atores envolvidos no projeto, que pressupostos guiam e produzem sentido no discurso sobre a Responsabilidade Social, além de procurar estabelecer uma relação entre esse discurso e os princípios que guiam as discussões sobre o cooperativismo.

O sentido expresso nos discursos que sustentam tanto a temática da Responsabilidade Social quanto do cooperativismo foi exposto, inicialmente, durante o percurso teórico, constando dessa forma que a Responsabilidade Social está intimamente ligada a um contexto empresarial, no qual tais práticas são utilizadas pelas empresas para diminuir os problemas sociais e os questionamentos quanto a sua postura predominantemente econômica.

No contexto cooperativista, as ações, além de se sustentarem por meio do econômico, visam ao social e essa discussão coloca os seus princípios no mesmo patamar de investimento em Responsabilidade Social, que abriu para a necessidade de conduzir uma pesquisa e observar como estas relações são estabelecidas no contexto de uma cooperativa que investe em tais práticas.

Analisando os dados e informações coletadas nesta pesquisa, bem como confrontando-os com a teoria pertinente sobre a Responsabilidade Social e o cooperativismo, percebe-se que, quando as cooperativas desenvolvem um projeto de Responsabilidade Social, elas criam condições para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos em sociedade.

Ao programarem projetos de Responsabilidade Social, no entanto, as cooperativas deixam de fortalecer o cooperativismo por considerarem mais importantes as práticas que são utilizadas, em grande parte, pelas empresas capitalistas.

Percebe-se na pesquisa que a cooperativa acaba por ferir um de seus princípios, que é o da educação, treinamento e formação, que busca mediante os investimentos neste foco melhorar a qualidade de vida dos cooperados, funcionários e familiares, visando também, além de outras prerrogativas, à difusão da filosofia cooperativista para aqueles integrados a sua estrutura.

A cooperativa feriu também o princípio da preocupação com o seu entorno, no qual se estabelece que as cooperativas devem se preocupar com a comunidade em que estão inseridas, trabalhando para o seu desenvolvimento sustentado e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos em sociedade.

Ressalta-se que, apesar de as cooperativas poderem adotar estratégias compatíveis com as empresas capitalistas que as possibilitem concorrer no mercado, devem ao mesmo tempo manter e conservar seus princípios e valores.

Além dessas considerações, constata-se que, ao realizar investimentos em Responsabilidade Social, a cooperativa acaba atendendo parte de sua função social, em que tais práticas devem coexistir de forma enredada em sua natureza, no entanto abandona radicalmente o fortalecimento do movimento cooperativista, pois exclui totalmente as possibilidades do desenvolvimento do papel social que as cooperativas realizam há anos. Vale salientar que o princípio de ajuda mútua entre cooperativas não foi abordado na pesquisa realizada, pois não repercutia diretamente nos projetos desenvolvidos. Apesar de sua importância e da relação direta com a RS, no entanto, os projetos estudados não estavam vinculados a esse princípio.

As situações observadas no estudo que subsidiou esta pesquisa sugerem que projetos de responsabilidade social deveriam ser peculiares às empresas capitalistas, não sendo condizentes com as cooperativas. Estas possuem valores e princípios que as conduzem obrigatoriamente à adoção de práticas de ações sociais, tanto para o público interno quanto para a comunidade na qual se inserem, em busca do desenvolvimento sustentado da sociedade.

Nesse sentido, algumas proposições foram extraídas do estudo realizado, entre elas:

- quando uma cooperativa investe em projetos considerados de Responsabilidade Social, deixa de divulgar as ações sociais que desenvolve e assim, não fortalece o cooperativismo;
- as cooperativas, ao implantarem projetos de Responsabilidade Social como forma de competir no mercado, enfraquecem o cumprimento dos princípios;

- a Responsabilidade Social quando desenvolvida por cooperativas voltadas para o público externo, não pode ser mais importante que o cumprimento dos princípios cooperativos.

Conforme as observações anteriormente descritas, é importante destacar que as situações investigadas neste estudo não envolvem a gestão da cooperativa como um todo, sendo considerado apenas a gestão do projeto de Responsabilidade Social e sua relação com os princípios e valores cooperativistas.

Referências

ALVES, E. A. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo – Rausp*, São Paulo, v. 38, n.1, p. 37-45, jan./fev./mar. 2003.

BARROSO, M. F. Marketing social em cooperativas agrícolas. In: INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003. v. II.

BAUER, M. W.; GASTELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERG, B. L. *Qualitative research methods for the social sciences*. 6th ed. New York: Sage, 2007.

BORGES, G. R. Princípios cooperativistas na lei e no estatuto. In: GEDIEL, J. A. P. (Org.). *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 123-149.

BOWEN, H. R. *Responsabilidades sociais do homem de negócios*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1957.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo – Rausp*, v. 48, n. 4, p. 828-842, out./nov./dez. 2013.

CARDOSO, A. J. G. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Org.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 5-28.

CLARO, P. B.; CLARO, D. P. Sustentabilidade estratégica: existe retorno no longo prazo? *Revista de Administração da Universidade de São Paulo – Rausp*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 291-306, abr./maio/jun. 2014.

CRUZ, B. P. A. et al. Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. *Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 3-16, set./dez. 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). *The Handbook of Qualitative Research*. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage, 2000. p. 1-29.

DOH, J. P.; HOWTON, S. D.; HOWTON, S. W. Does the market respond to an endorsement of social responsibility? The role of institutions, information and legitimacy. *Journal of Management*, v. 36, n. 6, p. 1.461-1.485, 2010.

DUARTE, F. Corporate social responsibility in a Brazilian mining company: “official” and divergent narratives. *Social Responsibility Journal*, v. 6, n. 1, p. 4-17, 2010.

GUIMARÃES, H. W. M. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 211-219, out./dez. 1984.

IRION, J. E. O. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: STS, 1997.

KARKOTLI, G.; ARAGÃO, S. D. *Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, M. C. A responsabilidade social empresarial: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In: INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002. p. 103-142.

LUND-THOMSEN, P.; PILLAY, R. G. CSR in industrial clusters: an overview of the literature. *Corporate Governance*, v. 12, n. 4, p. 568-578, 2012.

MACÊDO, N. M. M. N.; CÂNDIDO, G. A. Identificação das percepções de responsabilidade social empresarial: um estudo qualitativo a partir da aplicação do modelo conceitual tridimensional de performance social. *Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA*, São Paulo, v. 5, n.1, p. 85-108, jan./abr. 2011.

MACHADO FILHO, C. P. *Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

McDONALD, S. Social responsibility clusters arising from social partnerships. *Social Responsibility Journal*, v. 10, n. 2, p. 331-347, 2014.

MELO NETO, F. P.; BRENNAND, J. M. *Empresas socialmente sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

_____. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NEUMAN, W. L. *Basics of Social Research: qualitative and quantitative approaches*. 2nd ed. New York: Sage, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. OCB. *Nascimento de uma grande ideia*. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 9 mar. 2014.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

OZUEM, W.; HOWELL, K.; LANCASTER, G. Corporate social responsibility: towards a context-specific perspective in developing countries. *Social Responsibility Journal*, v. 10, n. 3, p. 399-415, 2014.

PEREIRA, D. R. M.; REZENDE PINTO, M. Perfis de empresas varejistas quanto à adoção de práticas de responsabilidade social. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo – Rausp*, São Paulo, v. 39 n.2, p. 113-200, abr./maio/jun. 2004.

PICCININI, V. C. et al. Cooperativas de trabalho: forma de autogestão flexibilização precarizada? In: ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia, SP. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2003. CD-ROM.

PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. Os princípios do cooperativismo constituem uma metaideologia ajustável a diferentes regimes econômicos. *Revista de Agronegócios da FGV*, v. 21, n. 2, p. 10-24, fev. 2001.

PINHO, D. B. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PUSEY, A. Social centres and the new cooperativism of the common. *A Journal of Radical Theory, Culture, and Action*, v. 4, n. 1, p. 176-198, 2010.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, A. C. Estrutura organizacional no agribusiness cooperativo: o caso das cooperativas de leite em Minas gerais. In: ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Foz do Iguaçu. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2000. CD-ROM.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SILVERMAN, D. *Um livro bom, pequeno e acessível sobre pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

STABLEIN, R. Dados em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). Org. bras. CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novos direcionamentos*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 63-88. Vol. II.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Editors). *The Handbook of qualitative research*. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage, 2000. p. 435-454.

TENÓRIO, F. G. *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 15/6/2014

Accito em: 23/2/2105